

Regulamenta o art. 7o. da Lei no. 7.720, de 30 de outubro de 1973, na parte que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e tendo em vista o que consta do processo no. 2.06-00337/74 (2.05-01453/74),

**DECRETA:**

Art. 1o. — Aplicado o percentual de 40% (quarenta por cento) de que trata o art. 7o. da Lei no. 7.720, de 30 de outubro de 1973, os proventos do pessoal do Fisco não poderão ser superiores à remuneração do cargo correspondente do que estiver em atividade, ressalvado, porém, o direito às conquistas de caráter pessoal que se incorporaram no ato de transferência para a inatividade, segundo prescrevem os §§ 1o. e 2o. do art. 102 da Constituição Federal. (57-A)

§ 1o. — Para efeito de cálculo da remuneração a que se refere este artigo, tomar-se-á por base a média dos pontos obtidos no ano anterior pelos servidores ocupantes de cargo igual ou equivalente da mesma zona fiscal em que estava lotado o inativo ao tempo da respectiva aposentadoria.

§ 2o. — Feita a aplicação do disposto neste artigo, não poderão os proventos ser inferiores a 50% (cinquenta por cento) da remuneração a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3o. — A remuneração de que trata o § 1o. terá como referência, para aplicação da média dos pontos, a parte fixa, correspondente ao Nível "A", do mês de janeiro do ano em curso.

Art. 2o. — O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 1o. de janeiro de 1974.

Art. 3o. — Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 22 de abril de 1974, 86o. da República.

**LEONINO DI RAMOS CAIADO**  
Ibsen Henrique de Castro

(DO de 25-4-74)